A AVALIAÇÃO DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA PESQUISA CIENTÍFICA E A PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL

Flavia Melville Paiva, UFMS, Brasil, flavia.paiva@ufms.br

RESUMO

Este artigo tem como objeto a internacionalização da pesquisa científica no Brasil, visando verificar se existe representatividade igualitária entre as áreas da pós-graduação, quanto ao critério de inserção internacional. Para tal, analisa os dados apresentados pelo Sistema de Avaliação da Pós-graduação (SAPG/Capes). Este sistema atribui notas entre 1 a 7 aos PPG, sendo que a internacionalização via produção docente e discente é pressuposto para a nota 6 ou 7. Os dados analisados suscitam questionamentos sobre as políticas educacionais para a internacionalização: 1) quanto a prioridade para áreas de conhecimento específicas; 2) sobre a aplicabilidade dos mesmos mecanismos para avaliar a internacionalização da pesquisa científica, considerando as diferentes áreas da pós-graduação no país.

Palavras-chave: Políticas Educacionais; internacionalização da pós-graduação; avaliação.

INTRODUÇÃO

Educação, conhecimento, informação, globalização[1], internacionalização, são conceitos amplos que, ao serem analisados, demonstram tantas áreas de convergência como de discordância, o que torna difícil separá-los nos dias de hoje. Considerando a relação desses conceitos com a área educacional, em especial com a pós-graduação no Brasil, surgiu a inquietação que levou ao presente artigo.

Em conversas informais com docentes, coordenadores de cursos de graduação, acadêmicos e pós-graduandos que voltam de atividades voltadas para a mobilidade internacional[2], percebe-se que algumas áreas do conhecimento têm enviado muitos docentes e pesquisadores para centros de excelência mundiais ou outros polos de conhecimento, criando grupos de pesquisas transnacionais, com o objetivo inicial de

[1] Muitos são os conceitos de globalização sugeridos nos dias atuais, a presente pesquisa utiliza o conceito sugerido por Romão (2008, p. 167): "[...] entende-se, hoje, que a Globalização é a expansão internacional das relações de produção capitalistas; a expansão internacional do modo de vida burguês e de sua visão de mundo e, finalmente, a planetarização das comunicações e das novas tecnologias".

[2] A autora do presente artigo é técnica-administrativa da UFMS, trabalhando atualmente no setor que trata com a questão das Relações Internacionais na referida instituição de ensino superior (IES).

melhorar seu trabalho, ampliar o conhecimento, buscar o desenvolvimento de tecnologias e consequente melhoria de sua inserção social.

Surge então a questão desta pesquisa, que visa estudar se a internacionalização dos programas de pós-graduação tem ocorrido de forma diferente entre as áreas de conhecimento, se as mesmas têm participado igualitariamente no processo de globalização, em especial no âmbito da pós-graduação.

Como fontes para se questionar os critérios de avaliação da internacionalização da pós-graduação no Brasil, foram utilizadas as informações do Sistema de Avaliação da Pós-graduação (SAPG) – Capes – que analisa os programas de pós-graduação conferindo-lhes graus que vão de 1 a 7. Ressalte-se que no escopo da avaliação, os maiores conceitos atribuídos no sistema – 6 e 7 – somente são atribuídos aos Programas de Pós-Graduação (PPG) que apresentarem inserção internacional, expressa na participação docente e discente em intercâmbios; na publicação em periódicos altamente qualificados nacionais e estrangeiros; pelos contatos estabelecidos com agências internacionais de pesquisa e pós-graduação; pela promoção e participação em organismos internacionais; pela organização de eventos, palestras, cursos, seminários, bancas e pós-doutoramento no exterior, com apoio de agência de fomento (BRASIL, 2010).

Considerando dados completos do último triênio avaliativo – ou seja, dados numéricos e respectivas fichas de avaliação – as informações apontam que áreas de conhecimento relacionadas à Tecnologia e Biológicas/Saúde têm apresentado maiores índices de internacionalização de seus programas. Isso tem colaborado para aumentar a pontuação desses programas nas avaliações da pós-graduação no Brasil, o que facilita a incidência de um maior número de programas conceituados como 6 ou 7 nessas áreas, pelo SAPG.

A principal questão surgida a partir desses dados é quanto a possível prioridade dada pelas políticas educacionais brasileiras ao longo dos anos para os referidos programas, o que poderia contribuir para manter as desigualdades existentes entre as distintas áreas do conhecimento no país. Lembre-se aqui que esse fato já foi assinalado no Plano Nacional de Pós-Graduação como uma dos entraves a serem

enfrentados pelas políticas educacionais para esse setor (BRASIL,2010).

Como se apresenta a internacionalização da pós-graduação no Brasil

Estudar as políticas educacionais para a pós-graduação é procurar entender como estas ocorrem em nível local e mundial, buscando compreender como o processo de produção docente e discente se envolve nas complexas redes mundiais, hoje estabelecidas, de produção de ciência e tecnologia.

E foi considerando a pós-graduação como o "berço da produção científica e da circulação do conhecimento entre pares acadêmicos" (MOROSINI, 2011, p. 97), que, desde a década de 1970 a internacionalização já estava presente nas políticas educacionais, em especial quando a pós-graduação iniciou sua expansão no Brasil. Assim, com o apoio da política nacional de Ciência e Tecnologia, determinada pelos Planos Nacionais de Pós-graduação (PNPG), para que se motivasse a capacitação dos profissionais brasileiros, foi induzida a sua formação no exterior, já que, no Brasil, ainda não havia programas de pós-graduação em todas as áreas do conhecimento (MOROSINI, 2011).

Também Sá Barreto (2006) analisou as principais propostas e metas dos três primeiros PNPGs afirmando que:

> A pós-graduação é, certamente, o setor educacional brasileiro de melhor desempenho e que teve, ao longo de décadas, o planejamento de médio e longos prazos e financiamento consistentes do Estado. O desempenho da pós-graduação sempre contou com a permanente participação da comunidade acadêmica nacional e foi integrado por ações específicas com a comunidade científica internacional. (SÁ BARRETO, 2006, p.157).

O autor assinala que diversas ações foram implantadas via políticas de educação, a partir de orientações dos PNPGs, buscando o desenvolvimento da pós-graduação e do sistema de ensino superior, sendo que uma delas teve como base as perspectivas de internacionalização. Ele cita como indicadores desta indução das políticas educacionais, entre outros:

- Integração da pós-graduação no interior do sistema universitário, institucionalizando a atividade de pesquisa em inúmeras instituições;

- Aumento da capacitação do corpo docente do ensino superior, por meio de programas direcionados para essa finalidade;
- *Construção de um amplo sistema de bolsas no país e no exterior, que tem contribuído para a qualificação e multiplicação do corpo docente e de pesquisadores*;
- Estruturação de uma política de apoio financeiro aos programas de pós-graduação; [...]
- *Articulação da comunidade acadêmica nacional com relevantes centros da produção científica internacional.* (SÁ BARRETO, 2006, p. 160-161. Os grifos são nossos.).

Já nos anos 1990, e citando apenas os eventos mais recentes no âmbito internacional, a *Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI:* Visão e Ação, fruto de um evento realizado em Paris, em 1998, em seu preâmbulo, já afirmava que

> Sem uma educação superior e sem instituições de pesquisa adequadas que formem a massa crítica de pessoas qualificadas e cultas, nenhum país pode assegurar um desenvolvimento endógeno genuíno e sustentável e nem reduzir a disparidade que separa os países pobres e em desenvolvimento dos países desenvolvidos. O compartilhar do conhecimento, a cooperação internacional e as novas tecnologias podem oferecer oportunidades novas para reduzir esta disparidade. (UNESCO, 1998).

E sobre a avaliação salienta no artigo 11.b que, para ser exitosa, a educação superior precisa ter características internacionais, como intercâmbio de conhecimentos, criação de redes interativas, mobilidade docente e discente e projetos de pesquisa internacionais (UNESCO, 1998). Ainda no artigo 15, estabelece como importante compartilhar conhecimentos teóricos e práticos entre países e continentes, sob o princípio da "solidariedade e de uma autêntica parceria entre instituições de educação superior em todo o mundo", tendo como parte integrante de todos os sistemas de educação superior "os programas de intercâmbio de docentes e estudantes, e o estabelecimento de vínculos institucionais para promover a cooperação intelectual e científica" (UNESCO, 1998).

Também na Conferência Mundial sobre Ensino Superior, em 2009, intitulada *As Novas Dinâmicas do Ensino Superior e Pesquisas para a Mudança e ao Desenvolvimento Social*, reunião também promovida pela UNESCO, afirma-se que a década anterior havia deixado evidências de que

> [...] a pesquisa e o ensino superior contribuem para a erradicação da pobreza, para o desenvolvimento sustentável e para o progresso, atingindo as metas internacionais de desenvolvimento, que incluem as estabelecidas nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e em Educação para Todos (EPT). (UNESCO, 2009)

O mesmo documento dedica um capítulo inteiro para a internacionalização, regionalização e globalização, estabelecendo pontos importantes a serem respeitados quanto à cooperação internacional, responsabilidade social de desenvolvimento mundial, estabelecimento de redes de universidades internacionais e parcerias para pesquisa, com igualdade de acesso, entre outros.

Estes pontos apresentados mostram como conhecimento e informação são marcas de valor na sociedade atual. Conforme Vilalta (2012, p.18), a informação é a moeda de troca, o substituto da matéria-prima no processo de geração de valor.

Com esta valorização da informação, surgiu a necessidade de diminuir-se as fronteiras entre países, aumentar a capacidade de internacionalizar a pesquisa científica, aproximar currículos e pesquisas, agregando conhecimento adquirido em diversas partes do mundo. Nos dias atuais, essa necessidade já se tornou pressuposto, segundo a Unesco (2009) para garantir o crescimento mundial, a diminuição da pobreza, da morte, do desemprego e outros índices de desenvolvimento mundiais.

Visando mostrar como a pós-graduação no Brasil se comporta em relação a questão da internacionalização, foram utilizados, como afirmado anteriormente, ao dados do Sistema de Avaliação da Pós-Graduação desenvolvido pela Capes desde 1976, para analisar os programas de pós-graduação brasileiros. Esse é um sistema de avaliação com acompanhamento anual e avaliação trienal, que confere conceitos aos programas, sendo que é fator determinante para a renovação de reconhecimento no triênio subsequente e classificação quanti-qualitativa dos programas de pós-graduação.

Analisando a última avaliação trienal disponibilizada pela Capes, que abrangeu dados do triênio 2007 a 2009, verifica-se que alguns programas de pós-graduação não alcançaram a mesma representatividade de outras áreas de conhecimento, quando avaliados em sua inserção internacional, conforme resumido no quadro 1.

Quadro 1: Avaliação 6 e 7, por área de conhecimento - 2010

Avaliação Capes triênio 2007-2009	Conceito		Total	%
Área de conhecimento	**7**	**6**	**234**	**100,0**
Ciências Biológicas	13	22	35	15,0
Engenharias	13	22	35	15,0
Medicina	6	17	23	9,7
Astronomia / Física	9	2	11	4,7
Ciências Agrárias	4	7	11	4,7
Química	6	5	11	4,7
Geociências	3	6	9	3,8
Educação	3	5	8	3,4
História	2	5	7	3,0
Letras/ Linguística	2	5	7	3,0
Matemática	3	4	7	3,0
Filosofia	1	4	5	2,1
Antropologia / Arqueologia	2	2	4	1,7
Ciências dos alimentos	2	2	4	1,7
Odontologia	1	3	4	1,7
Sociologia	3	1	4	1,7
Zootecnia / Recursos pesqueiros	2	2	4	1,7
Farmácia	0	4	4	1,7
Medicina Veterinária	0	4	4	1,7
Economia	0	4	4	1,7
Ciência da Computação	2	1	3	1,3
Geografia	2	1	3	1,3
Psicologia	3	0	3	1,3
Saúde coletiva	1	2	3	1,3
Administração / Ciências contábeis e Turismo	0	3	3	1,3
Arquitetura e Urbanismo	0	3	3	1,3
Direito	0	3	3	1,3
Ecologia e Meio Ambiente	0	3	3	1,3
Artes / Música	0	2	2	0,9
Ciências Políticas e Relações Internacionais	0	2	2	0,9
Planejamento urbano e regional / Demografia	0	2	2	0,9
Educação Física	0	1	1	0,4
Enfermagem	0	1	1	0,4
Serviço Social	0	1	1	0,4

Fonte: Sistema de Avaliação da Pós-graduação da Capes 2007-2009 (www.capes.gov.br. Acessado em 20 mar. 2013)

Conforme pode ser observado no quadro 1, as áreas de Ciências Biológicas e Engenharias, juntas, somaram 30,0% dos programas com notas 6 e 7 no último triênio avaliativo. Considerando que a terceira área melhor avaliada é a de Medicina, com 9,7%, tem-se um total de 24,7% dos programas bem posicionados nessa listagem pertencendo a duas áreas afins, Ciências Biológicas e Ciências da Saúde. Se comparadas com a área das Ciências Humanas, cujos cursos melhor posicionados são Educação

(3,4%); História e Letras/ Linguística (cada um com 3,0%, somando 6,05) e Filosofia (2,1%), tem-se que todos os cursos mais bem configurados na listagem desta última área, juntos, somam 11,5%, três e meio pontos percentuais a menos que a área melhor avaliada. Conta com uma informação significativa, nesse caso, lembrar que a formação da pós-graduação no país iniciou-se, de forma significativa, pelos cursos das áreas de Ciências Humanas, como já afirmado, a partir dos anos 1970.

E esta mesma representatividade também é visível ao analisarmos a utilização de investimentos, conforme fontes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), quanto à participação das áreas de conhecimento no total de bolsas disponibilizadas no exterior, tanto entre 2000 a 2011 (gráfico 1), como entre 2012 a 2013 (gráfico 2).

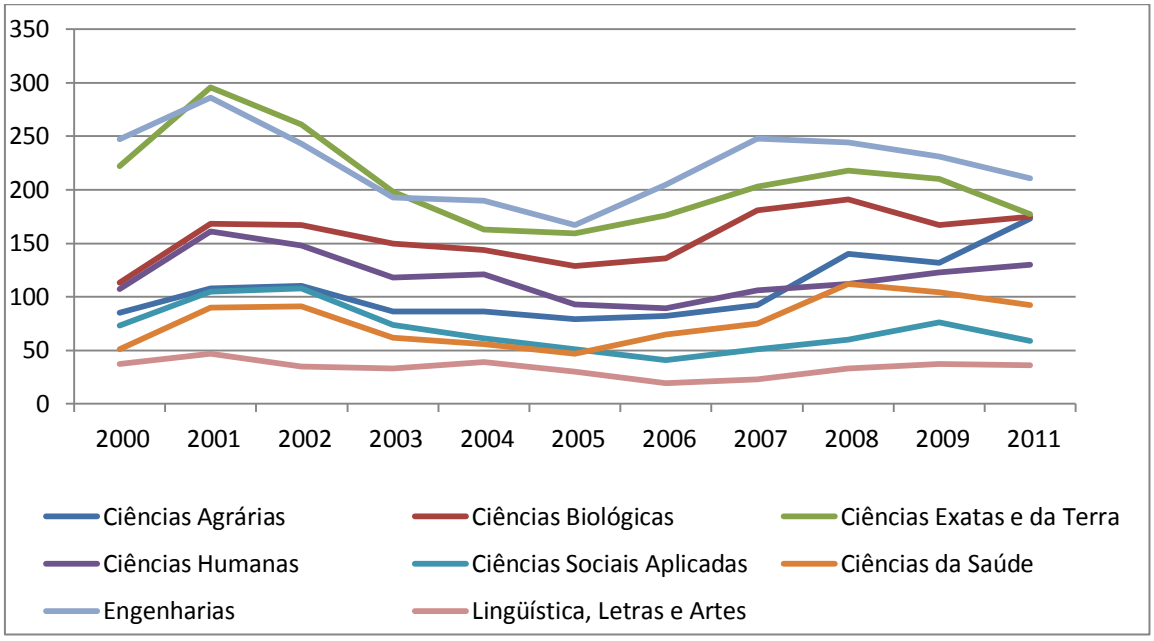

Gráfico 1 - Bolsas no exterior por grande área de conhecimento, agrupado por ano - 2000 a 2011
Fonte: <http://fomentonacional.cnpq.br/dmfomento/home/fmtvisualizador.jsp>

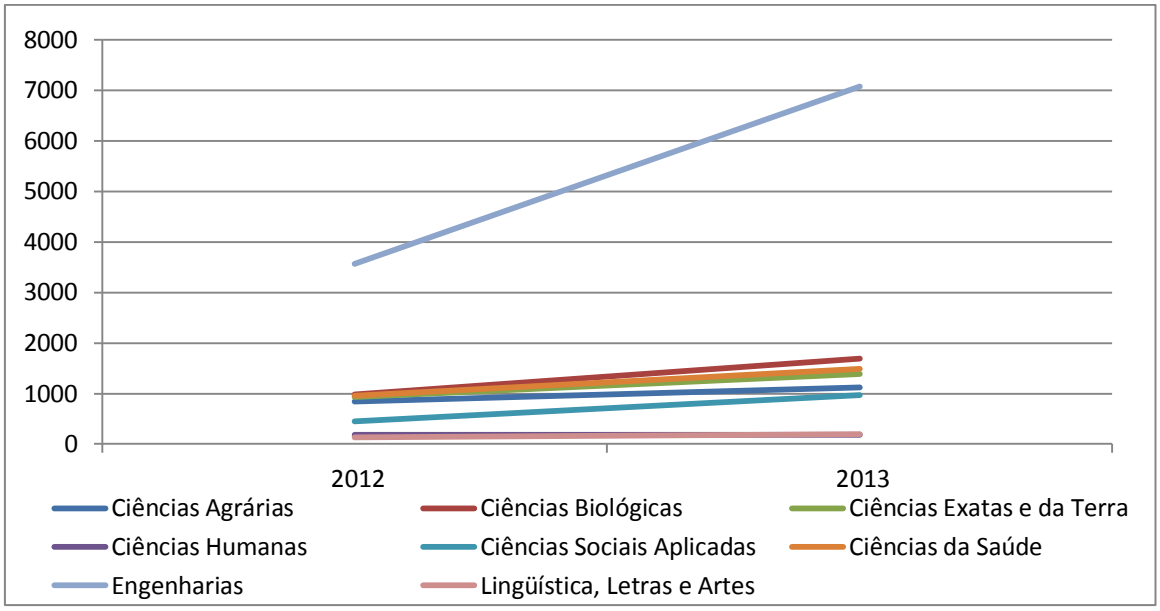

Gráfico 2 - Bolsas no exterior por grande área de conhecimento, ano de 2012 e 2013 (em andamento)
Fonte: <http://fomentonacional.cnpq.br/dmfomento/home/fmtvisualizador.jsp>

Quanto à viabilização de bolsas de estudo no exterior, fomentadas pelo CNPq, verifica-se um aumento da oferta e uso destas, com incremento entre os anos 2000-2001 e 2006-2007, com um pequeno declínio a partir de 2010 (CPNq), sendo que a oferta volta a subir significativamente entre 2012 e 2013. Em todo o período as Ciências Agrárias, Ciências Exatas e da Terra e Ciências Biológicas disputaram a primazia no acesso a tais bolsas, confirmando a tendência do processo avaliativo, ou seja, o maior fortalecimento dessas áreas da pós-graduação no país.

Voltando a analisar os dados apresentados no quadro 1 e nos gráfico 1 e 2, surge a pergunta de como as políticas educacionais para a educação superior e para a pós-graduação em particular foram ocorrendo, de forma a que se configurasse essa realidade expressa nos números em questão. E assim chegamos ao momento atual de reestruturação capitalista, em que governo, sociedade e organismos internacionais exigem modificações nas politicas e práticas de gestão no cenário da educação brasileira, para que atendam aos interesses do grande capital nacional e internacional.

As políticas educacionais e o processo de internacionalização da pós-graduação brasileira

Para tratar dessa questão será usada a definição de políticas educacionais de Haddad (1995, p. 18 *apud* AKKARI, 2011, p. 11): "Uma decisão única ou um conjunto de decisões explícitas ou implícitas que podem incluir orientações para guiar as decisões futuras, projetar ou atrasar ações ou orientar a execução de decisões anteriores". Segundo Akkari, as políticas educacionais abrangem quatro componentes principais: 1. Leis e regulamentação escolar; 2. Financiamento, recursos e orçamento; 3. Controle da execução, administração e gestão e 4. Relações com a economia e a sociedade civil.

Estes quatro pontos mostram como as políticas educacionais podem alcançar níveis de complexidade diferentes, consequência dos objetivos políticos vigentes.

Enquanto políticas educacionais para a pós-graduação, relacionadas à mobilidade internacional docente, já foi lembrado que essa preocupação esteve presente desde os anos 1970 (início do fortalecimento da pós-graduação no país), e como ela também foi contemplada nos três primeiros Planos Nacionais de Pós-Graduação.

Estes três primeiros planos, elaborados pela Capes, já mostravam como o tema internacionalização da pós-graduação vem sendo tratado pelos governantes brasileiros como um posicionamento que deveria ser tratado via adoção de políticas, seja por busca de titulações no exterior, num momento em que não tínhamos profissionais titulados/formados pelos nossos programas; seja no interesse em compartilhar o conhecimento para o crescimento de países emergentes; ou de agregarmos conhecimentos e tecnologia para construção conjunta de conhecimento globalizado, numa escala horizontal de liderança.

Dourado, Oliveira e Catani (2003, p. 17) citam a crise do capitalismo dos anos 1970/1980, e como a pesquisa pretende relacionar o momento econômico ao da valorização da pós-graduação em nosso país, como forma de especializar os profissionais da época. Os autores citam ainda as mudanças ocorridas nos anos 1990, como a mundialização do capital, especialmente do capital financeiro, a adoção de políticas neoliberais, o conceito de mercado como "portador de racionalidade

econômica e, portanto, como princípio fundador, unificador e auto-regulador da sociedade global competitiva" (DOURADO, OLIVEIRA E CATANI, 2003, p. 17), relacionando isso com o período de maior fomento à pesquisa com mobilidade internacional docente. Assim, no contexto da reforma do Estado e do sistema educativo brasileiro – citando alguns documentos importantes como a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996 e os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997), do final dos anos 1990 – o Estado disponibilizou, por meio de bolsas, um grande volume de recursos para a formação de pesquisadores, com impacto no fortalecimento da pós-graduação na década seguinte, sobretudo nas áreas já referenciadas no item anterior desse artigo.

Os mesmos pesquisadores, considerando o contexto dos anos 1990, lançaram uma pergunta de qual seria o papel da educação superior e da universidade, especialmente a pública, naquele cenário de mudanças na sociedade brasileira. A essa questão, respondem que a universidade "passa a ser entendida como *locus* da formação de profissionais naquele momento de reestruturação capitalista" (DOURADO, OLIVEIRA E CATANI, 2003, p. 19).

E agora, 10 anos depois, com um cenário político distinto, como explicar os resultados apresentados no item anterior, sobretudo para questionar a valorização da educação superior e a pressão sobre a internacionalização, especialmente como os profissionais da Educação pensam este processo e tem atuado em função da valorização dos programas de pós-graduação?

Naquele início de século XXI, os autores afirmavam que à universidade competia contribuir significantemente com a produção de mais-valia relativa, formando profissionais e gerando tecnologias e inovações que, sob a ótica capitalista, se torna produtiva, ao vincular sua produção às exigências do mercado.

Ora, considerando as demandas do capital cada vez mais internacionalizado, coloca-se a dúvida de como os programas de pós-graduação respondem às necessidades do mercado, por meio das políticas que incentivam, pressionam, fortalecem ou não a internacionalização da pós-graduação. E, também, num país que é dependente do ponto de vista tecnológico, em que sentido tem se dado a interação entre pesquisadores do

Brasil e os pesquisadores sediados nos países hegemônicos, do ponto de vista dos interesses capitalistas. Além disso, questões como a privatização do ensino superior no país; a democratização, massificação e interiorização do ensino superior, inclusive do ensino superior público, aliados à realidade de internacionalização do saber, ao compartilhamento de tecnologias, à educação a distância e as novas tecnologias de informação e comunicação, são alguns dos desafios diferentes e ao mesmo tempo complementares e necessários de se balizar, quando se trata de pensar a formação de pesquisadores no contexto do século XXI.

Para tal, cabe analisar o Plano Nacional da Pós-graduação em vigor, que abrange o decênio 2011 a 2020 (BRASIL, 2010), entre outros documentos que guiam a educação brasileira atual e estabelecem objetivos a serem alcançados nos próximos anos, principalmente no que diz respeito às recomendações visando a interação da pesquisa realizada no país com o cenário internacional de ciência e tecnologia, considerando que

> [...] a busca da excelência e de conhecimentos novos e [que] deve ser evitada a endogenia. Uma forma para atingir tais objetivos é a interação mais intensa entre instituições brasileiras e internacionais. Essa interação, além de promover o crescimento da ciência, aumentará o protagonismo do país no cenário internacional.
> Sugere-se então:
> • o envio de mais estudantes ao exterior para fazerem doutorado, em vista da dinamização do sistema e da captação do conhecimento novo;
> • o estímulo à atração de mais alunos e pesquisadores visitantes estrangeiros;
> • o aumento do número de publicações com instituições estrangeiras. (BRASIL, 2010, p. 3).

Destaca-se, entre os mecanismos propostos pelo PNPG para dinamizar a internacionalização, a questão do envio de bolsistas ao exterior, bem como o aumento das publicações com instituição estrangeiras. Sobre a primeira questão, já foi mostrado, pelos dados das agências de fomento, o quanto as bolsas estão concentradas em determinadas áreas do conhecimento, exatamente aquelas em que os índices de internacionalização são mais significativos – e, exatamente por isso, acabam pesando quando da avaliação desses PPG como programas de excelências (notas 6 e 7). Indo nessa direção, Baía Horta (2006), ao dar voz aos coordenadores de cursos de pós-graduação para analisarem, criticarem e sugerirem melhorias para o Sistema de

Avaliação da Pós-graduação, percebeu críticas quanto ao caráter homogeneizador do modelo de avaliação adotado pela Capes, que dá ênfase a indicadores quantitativos e à produção bibliográfica, citando também a ausência da valorização da dimensão social e da inserção internacional, exceto aquela que é quantificável – ou seja, traduzida em produtos/publicações.

Segundo os dados de sua pesquisa, no entanto, Baía Horta percebe uma divisão de opiniões entre os coordenadores: os coordenadores, principalmente os de programas de conceito 6 e 7, defendem a forte valorização da internacionalização, principalmente quanto à produção bibliográfica. Já outra parte de entrevistados, ou seja, coordenadores de áreas onde a internacionalização ganha maior significação como inserção social – inclusive por abranger relações bilaterais com países com menor expressão no campo científico internacional, como é o caso da América Latina, África e Ásia – criticam o primeiro grupo de entrevistados, por desconsiderar a especificidade das áreas de conhecimento no processo de internacionalização; e por não considerar como internacionalização, pode-se acrescentar, as relações estabelecidas pelos PPG quando o fruto de sua inserção respalda fundamentalmente a presença do Brasil como indutor da pesquisa científica em países não desenvolvidos.

Conclusão

Educação é um direito social, podendo-se constatar que "este direito à educação é reconhecido em praticamente todas as Constituições deste século XX" (RODRÍGUEZ, 2010, p. 11), inclusive na Constituição Brasileira de 1988, o Direito à Educação "foi mais detalhado e explicitado, estabelecendo-se até os mecanismos para sua garantia":

> Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição [...].
> Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988)

A presente pesquisa, ao propor a análise de como as políticas educacionais visando a pós-graduação, foram sendo elaboradas e colocadas em prática desde os anos 1970, especialmente para assuntos relacionados a internacionalização da produção docente, partiu do pressuposto que também nessa área os interesses sociais devam presidir a análise da política educacional.

Procurando entender as políticas educacionais, em particular o atual PNPG trabalha a inserção internacional dos programas de pós-graduação, percebe-se que cada área de estudo vem apresentando comportamento distinto no tocante à internacionalização do conhecimento e tecnologia. Surgem, então, vários questionamentos, partindo da constatação desta não homogeneização das áreas de conhecimento no que se refere a essa questão, como: Como as políticas educacionais tem efetivado a internacionalização, considerando que as políticas avaliativas da pós-graduação no Brasil colocaram claramente a internacionalização como critério para a construção dos índices que indicam a excelência dos cursos?

Além deste último, considerando que foi mostrado o acesso desigual a um dos principais mecanismos para a internacionalização da pesquisa, qual seja, a distribuição de bolsas para o exterior – mecanismo este que vem mantendo as condições para que os programas de excelência permaneçam relacionados às mesmas grandes áreas do conhecimento (sobretudo Ciências Biológicas, Engenharias e Ciências Exatas e da Terra), como induzir mecanismos, por meio de políticas educacionais, para minorar essa situação? Ou, em outras palavras, como induzir o combate às assimetrias entre as áreas do conhecimento, que também é uma das diretrizes do PNPG em vigor?

Esses são, entre outros possíveis, alguns dos questionamentos que devem levar à continuidade das pesquisas, aprofundando o conhecimento acerca do papel da ciência no momento histórico de desenvolvimento da sociedade capitalista, e o papel da educação na produção de tal conhecimento.

Referências

AKKARI, A. *Internacionalizaçao das políticas educacionais:* transformações e desafios. Petrópolis: Vozes, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei n.º 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília:, DF, 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais:* introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. *Indicadores nacionais de ciência e tecnologia (C&T).* Disponível: http://www.mct.gov.br . Acesso em 22 mar. 2013.

BRASIL, Ministério da Educação. Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Plano Nacional de Pós-graduação 2005-2010*. Brasília, dez. 2004. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/capes/>. Acesso em: 25 mar. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011-2020*. Brasília: CAPES, 2010.

DOURADO, L.F.; OLIVEIRA, J. F. de; CATANI, A. M. Transformações recentes e debates atuais no campo da educação superior no Brasil. In: _____. *Políticas e gestão da educação superior*. São Paulo: Xamã, 2003. p. 17 – 30.

HORTA, J. S. B. Avaliação da Pós-graduação: com a palavra os Coordenadores de Programas. In: *PERSPECTIVA*, Florianópolis, v.24, n.1, p. 19-47, jan/jun. 2006. http://www.perspectiva.ufsc.br

MOROSINI, M.C. Internacionalização na produção de conhecimento em IES brasileiras: cooperação internacional tradicional e cooperação internacional horizontal. In: *Educação em revista*, Belo Horizonte: V. 27, n.01, p, 83-112, abr. 2011.

ROMÃO, J. E. A Globalização e Reforma Educacional no Brasil (1985-2005) in: TEODORO, Antônio (Org.) *Tempos e andamentos nas políticas de educação: estudos ibero-americanos*. Brasília: Liber Editora, Cyted, 2008. p. 163-186.

SÁ BARRETO, F. C. O futuro da pós-graduação brasileira. In: STEINER, João E.; MALNIC, Gerhard (Orgs.). *Ensino superior: conceito e dinâmica*. São Paulo: Edusp, 2006, p. 157-176.

STEINER, J.E. E GERHARD, M. (Orgs.) *Ensino superior: Conceito & Dinâmica*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

RODRIGUEZ, M. V.. *Políticas Públicas*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2010.

TEODORO, A. (Org.) *Tempos e andamentos nas políticas de educação: estudos ibero-americanos*. Brasília: Liber Editora, Cyted, 2008.

UNESCO. *Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI:* Visão e Ação – 1998. Disponível em <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a-Educa%C3%A7%C3%A3o/declaracao-mundial-sobre-educacao-superior-no-seculo-xxi-visao-e-acao.html>. Acesso em 18 mar. 2013.

UNESCO. *Conferência Mundial sobre Ensino Superior 2009:* As novas dinâmicas do ensino superior e pesquisas para a mudança e o desenvolvimento social. Paris: 2009.

VILALTA, L. A. *A internacionalização do Ensino Superior Brasileiro. Conceito e características do Processo em Instituições Privadas de Ensino Superior*. São Paulo: 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Currículo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/>. Acesso em 15 mar. 2013.